

GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO RIO GRANDE DO SUL: DINÂMICAS NO CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DOS TERRITÓRIOS RURAIS LITORAL E CAMPOS DE CIMA DA SERRA

Gabriela **COELHO-DE-SOUZA**¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Jenifer Dias **RAMOS**²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Andressa Ramos **TEIXEIRA**³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Natany M. **SCHREIBER**⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ricardo Silva Pereira **MELLO**⁵

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Brizabel **ROCHA**⁶ (in memoriam)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Resumo: Em 2017, vivenciou-se uma drástica mudança no cenário político brasileiro. Foi nesse período que o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), implementado desde 2004, foi encerrado, findando um ciclo da política pública de desenvolvimento territorial brasileiro. Nesse contexto, objetivou-se analisar a governança da política territorial no Rio Grande do Sul, destacando sua dinâmica, analisada a partir do cenário socioambiental dos territórios Litoral e Campos de Cima da Serra. O estado é o segundo com o maior número de territórios, abrangendo cerca de 85% de sua área. Dentre as estruturas de governança, destacam-se o Comitê Articulador Estadual e a Rede Estadual de NEDETs. Do total de 18 territórios rurais, 11 foram reconhecidos em 2013. Essa condição fez com que o estado acumulasse uma experiência de gestão na política territorial bastante diversificada, com ênfase na organização cooperativa do sistema de abastecimento de mercados institucionais e na inclusão da sociobiodiversidade.

Palavras-chave: Políticas públicas. Desenvolvimento territorial. Sociobiodiversidade.

Abstract: In 2017, there was a drastic change in the Brazilian political scene, during which time the Program for the Sustainable Development of Rural Territories (PRONAT), implemented since 2004, ended with the end of a cycle of public policy for Brazilian territorial development. In this context, the objective was to analyze the territorial politics governance in Rio Grande do Sul, highlighting its dynamics analyzed from the socio-environmental context of the Litoral and Campos de Cima da Serra territories. The state is the second with the largest number of territories, covering about 85% of its area. Among the governance structures, the State Articulating Committee and the NEDETs State Network stand out. Of the eighteen rural territories, eleven were recognized in 2013. This condition led the state to accumulate a very diversified territorial management experience, with emphasis on the cooperative organization of the institutional market supply system and the inclusion of socio-biodiversity.

Keywords: Public policies. Territorial development. Sociobiodiversity.

¹ Coordenadora do Círculo de Agroecologia, Sociodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ASSSAN Círculo) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Doutora em Ciências (UFRGS). *E-mail:* gabriela.coelho@pq.cnpq.br.

² Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ecologia e Evolução da Biodiversidade (PUCRS). *E-mail:* jenifer.ramos@acad.pucrs.br.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/PGDR (UFRGS). *E-mail:* andressart@gmail.com.

⁴ Graduanda em Agronomia (UFRGS). *E-mail:* natanyschreiber@gmail.com

⁵ Doutor em Ciências, com ênfase em (UFRGS). *E-mail:* ricardo-mello@uergs.edu.br.

⁶ Mestre em Cooperativismo (Unisinos).

1 Introdução

Desde a década de 1990, o Brasil vem executando programas e ações com base nos princípios do desenvolvimento territorial. O Rio Grande do Sul, desde 1994, é pioneiro nessas iniciativas, por meio das dinâmicas dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES (BANDEIRA, 2007). Estes são fóruns de deliberação de políticas intersetoriais voltados a um agrupamento de municípios reconhecidos pelo poder público, por meio do orçamento participativo. O objetivo volta-se para a promoção do “desenvolvimento regional; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região; e a preservação e a recuperação do meio ambiente” (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, 2014).

A política pública de maior abrangência e duração voltada ao desenvolvimento territorial no Brasil foi o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), durante o período de 2004 a 2017, que objetivou "promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia" (BRASIL, 2004). Ela se baseou na abordagem territorial, a qual propõe a gestão por meio da cooperação horizontal e vertical entre as três esferas de governo, com a participação da sociedade civil, conformando uma unidade de referência, entre o nível municipal e o estadual, expressa pelo território (RAVANELLI, 2010).

No âmbito do PRONAT, o território rural é considerado

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e rural, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão do ordenamento social, cultural e territorial (BRASIL, 2004).

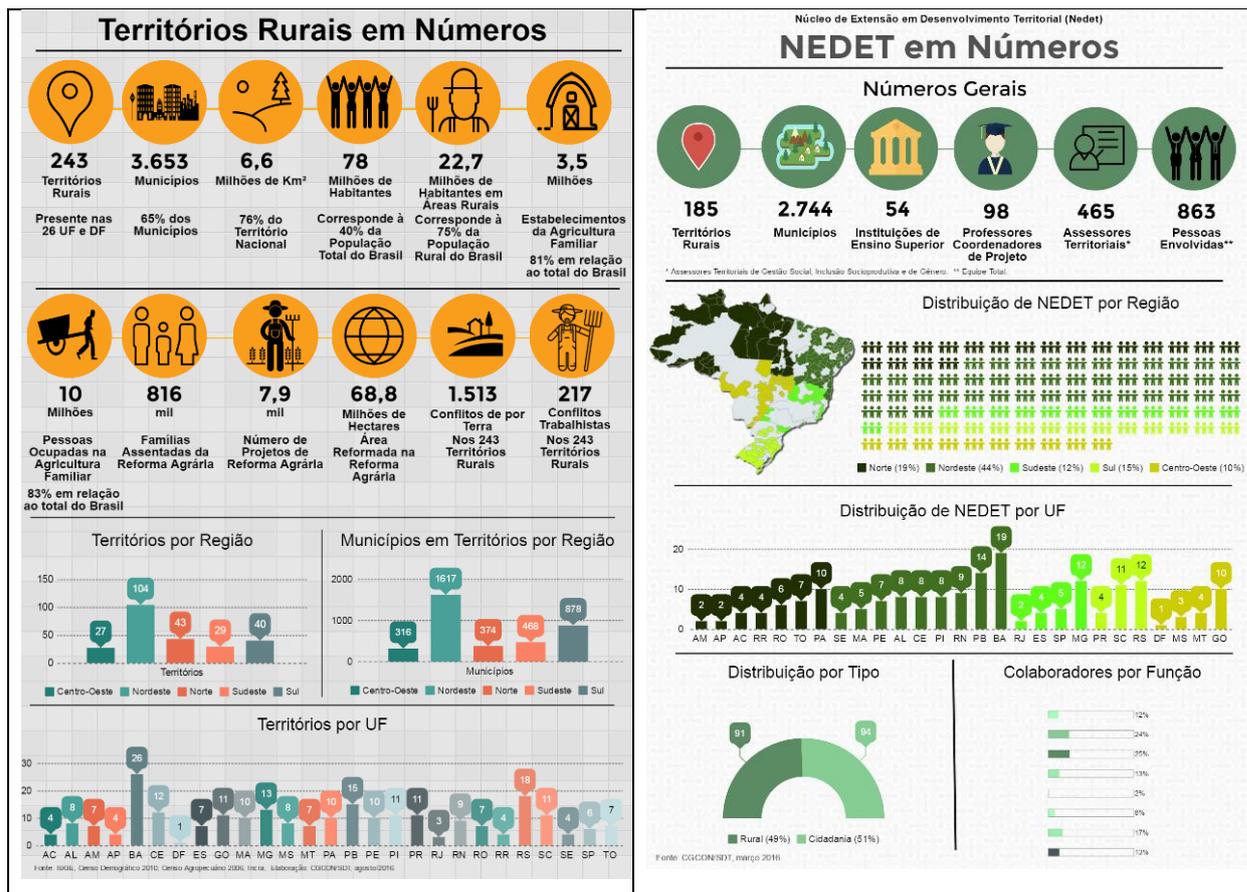
O PRONAT recebeu fomento entre os anos de 2004 a 2017, sendo sua governança bastante aprimorada ao longo dos 13 anos de execução. A estrutura do PRONAT incluiu a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2004. Ela foi a responsável por articular a política com 22 Ministérios participantes. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável teve como função reconhecer os Territórios Rurais de Identidade e da Cidadania, os quais eram solicitados pelas prefeituras locais. A governança do território é de responsabilidade do

Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), que é a instância de mobilização e controle social na qual o Estado e a sociedade, conjuntamente, planejam e monitoram as políticas públicas, bem como coordenam a construção de ações destinadas ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Em nível federal, foi previsto o Comitê Gestor Nacional e, em nível estadual, o Comitê Articulador Estadual. Com a finalidade de articular os CODETER entre si, foi criada a Rede Nacional de Territórios Rurais, autônoma em relação à estrutura do Estado. Desde 2014, os Territórios Rurais passaram a receber a assessoria das Instituições de Ensino Superior (IES), por meio dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), o que permitiu a integração do tripé extensão, pesquisa e ensino às dinâmicas territoriais. A articulação entre os NEDETs e pesquisadores em desenvolvimento territorial foi consolidada, a partir de 2015, por meio da constituição da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE).

A implementação da política territorial iniciou-se em 2004, a partir do reconhecimento de 65 territórios rurais. Em 2015, alcançou 164 territórios, incluindo 2,5 mil municípios. Em 2016, abrangeu 243 Territórios Rurais, envolvendo 3.653 municípios, alcançando cerca de 10 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar, o que representa cerca de 83% do total (figura 1). Dos 243 Territórios Rurais, 185 receberam assessoramento dos NEDETs, e estavam recebendo em 2016, envolvendo 2.744 municípios (figura 1).

Figura 1 – Infográficos sintetizando informações sobre os territórios e os NEDETs no Brasil, no ano de 2016.



Fonte: Elaborada por CGCON/SDT (2016), a partir do IBGE, Censo Demográfico (2010), Censo Agropecuário (2006), INCRA, CGCON/SDT (2016).

No ciclo desse programa, as dinâmicas presentes nos territórios rurais recebiam impulsos de nível federal, a partir das políticas implementadas pelos diferentes ministérios. Entre esses processos, em 2015, os Territórios Rurais foram os responsáveis por contribuir para a realização das Conferências de Juventude, Políticas para Mulheres e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Além dessa interação, anualmente, a agenda do Território previa operacionalizar o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), sendo de responsabilidade da plenária territorial a priorização dos projetos socioeconômicos e ambientais de maior relevância para a inclusão socioprodutiva da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens.

Essas dinâmicas orquestradas em nível federal possuíam diferentes formas de manifestações frente aos processos territoriais em curso. Além da relação direta entre o nível federal e o territorial, o nível estadual também imprimia processos diretamente sobre os Territórios Rurais, a partir da Delegacia Estadual de Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esses processos, nos três níveis, foram bastante marcantes na trajetória da política territorial no

Rio Grande do Sul, o qual é o segundo estado com o maior número de territórios, totalizando 18. Esse número fica atrás do total de territórios da Bahia (26 Territórios Rurais), cujo estado é totalmente territorializado. No Rio Grande do Sul, dos 18 Territórios Rurais que abrangem cerca de 85% da área do estado, 11 são novos territórios rurais, reconhecidos em 2013, entre eles, os Territórios Rurais Litoral e Campos de Cima da Serra.

Em função da condição de implantação da política territorial em 85% do território do estado, a qual foi iniciada em 2004 com o reconhecimento dos Territórios Zona Sul e Missões, o Rio Grande do Sul acumulou uma experiência na política territorial bastante diversificada, contrastando recentes territórios, que tiveram sua constituição a partir da atuação dos NEDETs, com territórios consolidados, como no caso do Zona Sul, cuja institucionalidade é integrada ao Fórum da Agricultura Familiar na região. Esse território tem sua trajetória bastante reconhecida no cenário da organização da agricultura familiar, o que acarretou em sua escolha para visita do ministro do Desenvolvimento Social, no início de 2016, no Programa Territórios em Foco, evidenciando o reconhecimento do avanço da política territorial no estado.

Em 2016, com a drástica mudança no cenário político e econômico brasileiro, houve a transferência da SDT para a Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário e a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Naquele momento, o PRONAT deixou de ser priorizado pelo governo federal, finalizando a alocação de recursos para os Territórios Rurais e NEDETs, inclusive havendo a retenção de parte dos recursos previamente concedidos⁷. Em 2017, ocorreu a finalização do convênio CNPq/MDA que instituiu os NEDETs no Brasil. Entretanto, pelo fato de os núcleos serem estruturas induzidas nas universidades, e estas terem autonomia sobre sua organização, desde que cumpra com o tripé ensino-pesquisa-extensão, os NEDETs têm o potencial de se tornarem estruturas permanentes nas universidades brasileiras (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2018).

Nesse contexto, este artigo objetiva analisar a governança da política de desenvolvimento territorial⁸ no Rio Grande do Sul, enfatizando sua dinâmica analisada a partir do contexto socioambiental dos territórios Litoral (TRL) e Campos de Cima da Serra (TRCSS). Ele está organizado em três seções, além desta introdução. A primeira analisa o contexto socioambiental do território Litoral e sua governança. A segunda analisa o contexto

7 Foram retidos recursos dos projetos de extensão dos NEDETs, junto ao CNPq/MDA, referentes a bolsas. O custeio, cujos valores já se encontravam na conta dos NEDETs, foi sendo gasto até 2017, prazo máximo de duração dos projetos.

8 A metodologia constou da pesquisa-ação conduzida pelos pesquisadores-extensionistas do NEDET UFRGS e do Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul (OBSSAN), acompanhando a implantação dos TRL e TRCSS (Schreiber e Coelho-de-Souza, 2017). O artigo trata de uma compilação dos diversos trabalhos que o NEDET UFRGS pesquisou-atuou, em especial o de Coelho-de-Souza *et al.* (2015a).

socioambiental do território Campos de Cima da Serra e sua governança. Por fim, faz-se uma breve análise da estrutura de governança da política de desenvolvimento territorial do Rio Grande do Sul, sublinhando a trajetória de um ciclo da política pública territorial.

2 O contexto socioambiental e a governança do Território Rural Litoral

O Território Rural Litoral é socioambientalmente diversificado. Nele há a presença das nascentes no Planalto, no município de São Francisco de Paula, a 900 m de altitude, e das lagoas no Litoral Médio, indo até a foz, onde o rio se liga ao oceano Atlântico, no município de Tramandaí. Este, juntamente com o município de Capão da Canoa, apresenta a maior urbanização e população, sendo 41.585 e 42.040 habitantes, respectivamente. O território está localizado no Planalto Meridional e na Planície Costeira do Rio Grande do Sul. Nele estão presentes os biomas Mata Atlântica, incluindo a Floresta Ombrófila Mista e a Densa, e o bioma Pampa, com a formação pioneira de origem fluvio-lacustre-marinha. Em grande parte do território encontram-se os ecossistemas nativos, a saber, florestas, banhados, lagoas, dunas e restingas, muitos deles ameaçados, sendo alguns protegidos por Unidades de Conservação.

A vegetação compreende 4 tipos, segundo classificação do projeto RADAMBRASIL, predominando florestas e restingas. As florestas estão presentes em 54% dos municípios, as restingas em 58% (RAMOS *et al.*, 2015). As florestas estão representadas pela Floresta Estacional Semidecidual e, majoritariamente, pela Floresta Ombrófila Densa. As restingas dividem-se em área de formação pioneira com influência marinha, as restingas *stricto sensu* e a área de formação pioneira (influência fluvial ou lacustre) (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2015).

No território, estão presentes 5 Bacias Hidrográficas, Rio Mampituba, Rio dos Sinos, Rio Gravataí, Litoral Médio e Rio Tramandaí. Nessa região, há a maior concentração de Unidades de Conservação que envolve as esferas estaduais, municipais e federal, com o total de 8, sendo 5 de Proteção Integral e 3 de Uso Sustentável. As Unidades estão sendo implantadas na região desde a década de 1990, contando atualmente com gestores, conselhos e Planos de Manejo (CASTRO & MELLO, 2013). Essa forma de gestão compartilhada levou a uma articulação entre gestores e conselheiros, entre eles, pescadores e agricultores, para a realização de projetos em parceria que fomentam a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

No rural desse território, encontra-se uma população culturalmente diversa, incluindo grupos que compõem a sociodiversidade brasileira e estão demandando seus territórios tradicionais, como povos indígenas, remanescentes de quilombos (CASAGRANDE, 2012) e

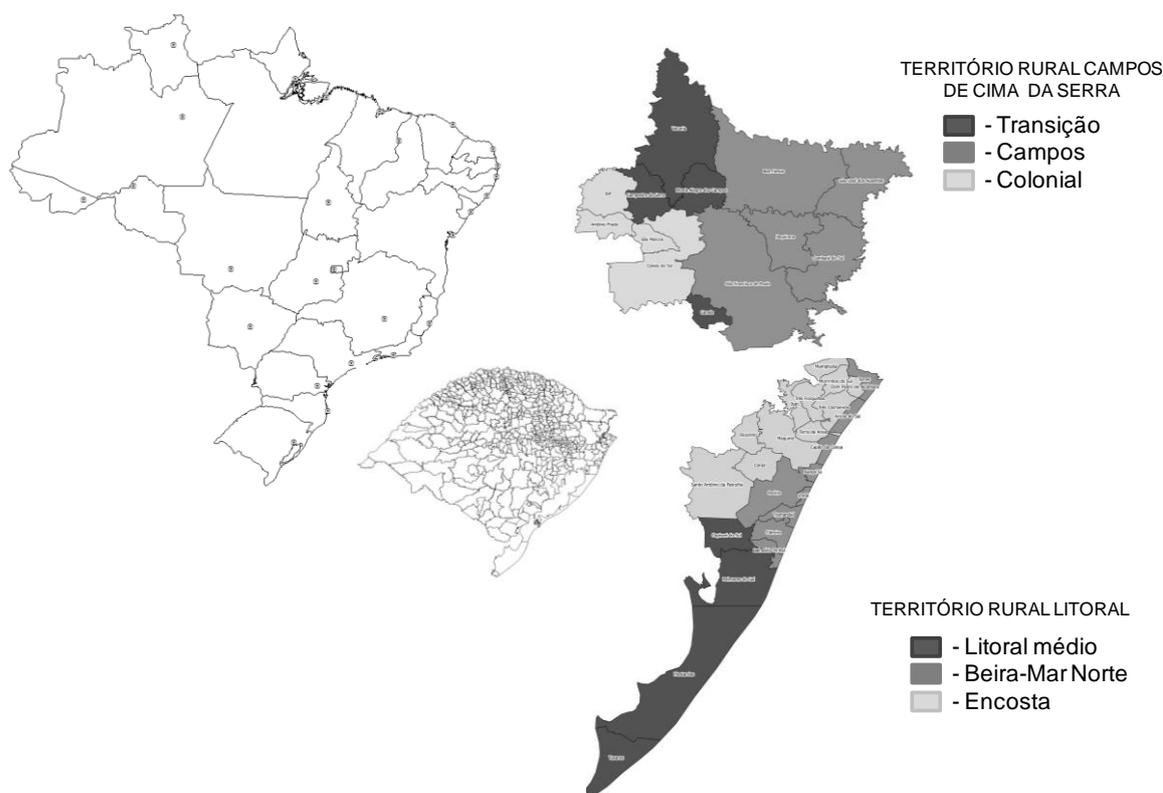
pescadores, além de descendentes de imigrantes europeus (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2012). Nesse território, existem o Fórum da Pesca do Litoral Norte, Fórum Quilombola da Península do Litoral, com a participação de 8 quilombos, sendo 7 presentes no Território, entre eles, Olhos D'água, Capororocas (Tavares), Teixeiras, Beco dos Colodianos e Casca (Mostardas), Limoeiro (Palmares do Sul), Costa da Lagoa (Capivari do Sul). Além destes, está presente, no Território, o Quilombo do Morro Alto, em Maquiné, que vem recebendo medidas de compensação da ampliação da BR-101 (RAMOS, 2012). Existem, ainda, 9 aldeias Guarani: Tekoa Pindoty e Tekoa Itapoty (Riozinho), Tekoa Campo Molhado e Tekoa Guyra Nhandu (Maquiné), Tekoa Kuaray Resë (Osório), Tekoa Nhu'u Porã (Torres), Tekoa Yryapu e Tekoa Ka'a Mirindy Yy Pa'ü (Palmares do Sul), Tekoa Ka'aguy Pa'ü (Caraá).

No Território Litoral estão presentes ONGs que vêm trabalhando, em parceria com agricultores familiares, nos processos de transição agroecológica, valorizando os sistemas agroflorestais e os produtos da sociobiodiversidade, como o palmito-juçara (*Euterpe edulis*) (MEDAGLIA, 2010), butiá e fibras vegetais. Destacam-se as ONGs Ação Nascente Maquiné (ANAMA), Curicaca e Centro Ecológico. No território está presente o Posto Avançado Maquiné, gerenciado pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o qual faz parte do Sistema de Gestão das Reservas da Biosfera, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Ressalta-se a presença de redes envolvendo agricultores, técnicos de ATER, estudantes e pesquisadores, como a Rede Orientada para o Desenvolvimento da Agroecologia (RODA), Rede Juçara e Rede Ecovida, esta trabalhando com a certificação dos produtos orgânicos. Além da existência dessas redes, o território conta com uma diversificada presença de instituições acadêmicas⁹.

De acordo com Coelho-de-Souza *et al.* (2015), o Território Rural Litoral compreende 3 microrregiões (figura 2), com base na caracterização adotada no Atlas Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí (CASTRO & MELLO, 2013), que diferencia os ambientes em Planície Costeira Interna, Planície Costeira Externa e Litoral Médio. De acordo com a classificação e os aspectos socioeconômicos, relacionados às dinâmicas locais, as microrregiões foram delimitadas em: a) Encosta, b) Beira-Mar Norte e c) Litoral Médio.

⁹ Destaca-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus de Osório; a Escola Rural de Osório (Escola Estadual de Ensino Médio Ildefonso Simões Lopes); a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), incluindo o Campus de Osório; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), incluindo o Campus Litoral Norte.

Figura 2 – Localização e regionalização dos Territórios Rurais Campos de Cima da Serra e Litoral, Rio Grande do Sul



Fonte: Coelho-de-Souza *et al.* (2015).

A microrregião Encosta compreende 11 municípios, Santo Antônio da Patrulha, Três Cachoeiras, Terra de Areia, Caraá, Maquiné, Riozinho, Morrinhos do Sul, Mampituba, Três Forquilhas, Itati e Dom Pedro de Alcântara, ordenados de acordo com maior contingente populacional. O ecossistema predominante é a Floresta Ombrófila Densa, que atinge os 850 m de altitude (CASTRO & MELLO, 2013). O território apresenta: a) relevos acidentados, onde é realizada agricultura de subsistência e produção de banana e açaí-juçara, em sistemas agroflorestais; b) áreas de várzea ao longo dos rios e entre as lagoas, utilizadas para a produção de olericultura; e c) os corpos d'água relacionados à produção de pescado. É a região com maior população rural, cerca de 42.674 habitantes, no ano de 2010, o que representava a média de 62,3% da população dos municípios, variando de 29,2% a 91,8%, este último percentual pertencente ao município de Itati.

A microrregião Beira-Mar Norte compreende 9 municípios, Capão da Canoa, Tramandaí, Osório, Torres, Imbé, Cidreira, Xangri-Lá, Balneário Pinhal e Arroio do Sal. O ecossistema predominante consiste nas áreas de formação pioneira da planície costeira de

origem fluvio-lacustre-marinha, predominando as restingas. As principais atividades econômicas referem-se à produção de arroz nas lagoas e ao turismo de verão, momento do ano em que a população triplica. Caracteriza-se por ser a microrregião com a menor população rural, 6.382 habitantes, representando a média de 2,4% da população total dos nove municípios, variando de 0,1% a 7,3%. Essa escassez de pessoas no campo também se deve ao fato de que as áreas rurais foram adquiridas como sítios de lazer, por serem próximas ao Litoral. Ao mesmo tempo, atores rurais importantes são os remanescentes de quilombos e Mbya-Guarani.

As microrregiões Encosta e Beira-Mar Norte são complementares na estruturação dos sistemas agroalimentares, nos quais a Encosta produz agricultura e comercializa nas cidades litorâneas, principalmente na estação do verão.

A microrregião Litoral Médio compreende 4 municípios, Capivari do Sul, Mostardas, Tavares e Palmares do Sul. Seu ecossistema é semelhante ao da microrregião Beira-Mar Norte, consistindo nas áreas de formação pioneira da planície costeira de origem fluvio-lacustre-marinha. Entretanto, por estar conectada à Lagoa dos Patos, essa microrregião está exposta a ventos fortes que tornam drásticas as condições de agricultura. Suas principais produções agrícolas são o arroz, a pecuária e a agricultura de subsistência. A microrregião apresenta forte presença étnica, principalmente de remanescentes de quilombos, e Mbya Guarani. O CODETER Litoral, instituído desde 2013, criou, em 2015, as Câmaras Temáticas Segurança Alimentar e Nutricional, Comercialização e Economia Solidária, Povos e Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente, Educação e Juventude Rural, Política de Desenvolvimento Agrário e Saúde. De acordo com Coelho-de-Souza *et al.* (no prelo), o CODETER Litoral incorporou os povos e comunidades tradicionais em sua estrutura a partir de dois dispositivos, sendo um deles a criação da referida Câmara Temática, com a finalidade de fomentar o debate, a articulação e a implementação de ações de desenvolvimento rural sustentável para comunidades remanescentes de quilombos, pescadores e do povo Guarani no território. No Regimento Interno, no capítulo referente à estrutura, foi incorporado o inciso: “§5º A participação de povos e comunidades tradicionais deverá ser viabilizada de acordo com seus costumes e tradições”. Esse dispositivo permite a participação das lideranças desses grupos, buscando respeitar suas formas de organização.

Em relação aos Mbya Guarani, o cacique da aldeia Pindoty, presente no município de Riozinho, passou a integrar o Núcleo Diretivo do CODETER. Essa atuação conjunta permitiu a aproximação da política territorial junto ao Guarani, culminando na realização da Conferência Temática de ATER Mbya Guarani, no Território do Litoral do Rio Grande do Sul, etapa da 2ª Conferência Nacional de ATER (CNATER) – Ater, agroecologia e alimentos saudáveis, em 2016. A Conferência foi realizada juntamente com o Encontro Guarani: o passado-futuro na

continuidade da cultura no território do litoral – *Nhemboaty Mbya kuery: teko ojevyangua regua, yye'ëregua* e o evento Diálogos Interculturais sobre Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas, no Território do Litoral do RS. Esses eventos iniciaram a construção do Plano de Vida das aldeias Guarani em interlocução com o Plano de Gestão Territorial e Ambiental das aldeias do Território Litoral, conjuntamente com o componente indígena do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PRINTES *et al.*, 2015).

O TRL passou a se estruturar a partir do assessoramento do NEDET, desde 2014. Em 2017, os pesquisadores-extensionistas apresentaram o diagnóstico e as diretrizes do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do território, como conclusão da etapa de assessoramento pelo Convênio CNPq/MDA. O plano foi constituído por cerca de 80 diretrizes oriundas das Conferências de Assistência Técnica e Extensão Rural, de Políticas para Mulheres e para Juventude, ocorridas no território.

A partir da drástica mudança no cenário político brasileiro, a partir de 2016, houve uma maior apropriação dos atores sobre as agendas do TRL, fazendo com que os mesmos atuassem em fluxo cotidiano entre os anos de 2016 e 2017, também por continuarem contando com o assessoramento do NEDET UFRGS, como projeto de extensão (SCHREIBER; COELHO-DE-SOUZA, 2017).

3 O contexto socioambiental e a governança do Território Rural dos Campos de Cima da Serra

O Território dos Campos de Cima da Serra faz fronteira com o estado de Santa Catarina, região onde a altitude é superior a mil metros acima do nível do mar (figura 2). A área constitui-se na transição entre o Bioma Pampa (ou Campos Sulinos) e a Mata Atlântica, pois, como argumenta Boldrini *et al.* (2009), embora a região esteja vinculada ao bioma Mata Atlântica, há, na região, influência do bioma Pampa. Nesse território, os invernos são, em geral, bastante rigorosos, podendo, inclusive, nevar, com alguma frequência. O clima da região é predominantemente do tipo Cfb (classificação climática de Köppen), temperado e úmido, sendo favorável às formações florestais. A hidrografia da região compreende todas as nascentes dos rios Canoas e Pelotas, as quais correspondem aos principais formadores da extensa bacia do rio Uruguai. Ao sul, encontra-se a bacia do rio Taquari e Antas. Com relação aos corpos d'água, observa-se ainda a formação de áreas alagadas e de turfeiras (BOLDRINI *et al.*, 2009).

A vegetação compreende 5 tipos, segundo classificação do projeto RADAMBRASIL, predominando campos (59%) e florestas (41%) (figura 2). Dentre os campos, a estepe gramíneo-lenhosa, com floresta de galeria, representa 47,1% da vegetação e está presente em

dez municípios, a estepe parque com floresta de galeria contribui com 12,2%, sendo ambas conhecidas como campos de cima da serra. A Floresta Ombrófila Mista está presente em todos os municípios, com exceção de Vacaria, e representa 37,5% da vegetação; a Floresta Estacional Decidual contribui com 3,1% e a Floresta Estacional Semidecidual com 0,2%, sendo que esta ocorre apenas em Canela. Percebe-se que a Floresta Ombrófila Mista é a vegetação que predomina, participando da identidade do território.

A paisagem da região dos Campos de Cima da Serra compreende mosaicos de campos entremeados por florestas, com predominância de araucárias (*Araucaria angustifolia*), dispersas ou em capões de mato. A vegetação característica da região possui estrutura arbustiva e/ou herbácea. Em virtude da influência tanto da vegetação do Brasil Central como da região andina do sul da América do Sul, há na região a coexistência de gramíneas C3 e C4, o que resulta no aumento da diversidade e da qualidade forrageira dos campos naturais (BOLDRINI et al., 2009). De forma associada à qualidade das pastagens nativas, desenvolveu-se e mantém-se na região a atividade pecuária como principal atividade rural, com destaque especial para a pecuária de corte, mas, em virtude da adaptação do gado à região, também é tradicional a produção de leite e derivados, em especial o queijo serrano.

A centralidade da produção de gado é decorrência do povoamento da região, que esteve relacionado com a ocupação da terra e a apropriação de reserva de animais, como gado e mulas, deixados para trás pelos padres jesuítas com o término das reduções no Rio Grande do Sul, durante o século XVIII. Os ciclos florestais e agrícolas ocorridos em sete décadas de intensas dinâmicas representam quatro fases de transformação da paisagem e processos de degradação ambiental na região. Na década de 1950, destaca-se a extração de madeira de araucária, considerada o Ouro Verde, processada nas serrarias próximas às florestas. A partir da década de 1970, ocorre a expansão dos monocultivos de pinus (*Pinus elliottii*), estimulada pelo governo, por incentivos ao plantio de “reflorestamento” obrigatório, como compensação à destruição das florestas nativas. Na década de 1990, ocorre a grande expansão dos monocultivos de pinus, decorrente da legislação ambiental que proíbe o manejo tradicional da queimada dos campos. Aliado a isso está a desvalorização do preço do gado, em função da expansão da fronteira da pecuária na região Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Na década 2000, expande-se fortemente a produção comercial de hortifrutigranjeiros, principalmente batata e repolho, utilizando-se de tecnologias de irrigação e insumos químicos. Desde 2010, iniciam-se os extensos monocultivos de soja e milho, associados ao alto consumo de insumos químicos, estes relacionados aos mercados internacionais.

Os impactos dessas dinâmicas recaem sobre a qualidade dos recursos hídricos, a estrutura dos solos, a extinção de espécies, a diminuição da biodiversidade e a extinção do

ecossistema campo. Destaca-se que a extração da araucária impactou a estrutura da Floresta Ombrófila Mista com diminuição de recursos para a fauna nativa. Posteriormente, os monocultivos de pinus passaram a substituir os campos, e o sombreamento dos corpos d'água, que originalmente continham vegetação ciliar campestre, está ameaçando espécies de esponjas-de-água-doce – *Oncosclera jewelli* (Volkmer, 1963) e *Heteromeyenia insignis* Weltner (PRINTES et al., 2015). As lavouras passaram a destruir a estrutura dos solos, dificultando a restauração dos campos. Por fim, o uso intensivo de insumos químicos degrada o solo e contamina os recursos hídricos (BOZIKI et al., 2011).

A extinção do campo está associada à ameaça aos modos de vida dos pecuaristas familiares. Na região, a pecuária ocupa mais de 90% das terras dos municípios, de modo que se pode estimar que lá existam entre 2.500 a 3.000 pecuaristas familiares (RIES; MESSIAS, 2003). Além disso, também de acordo com Ries e Messias (2003), nos municípios da região, cerca de 70% dos estabelecimentos rurais têm menos de 100 hectares, área que, de acordo com os critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), caracteriza esses produtores como pecuaristas familiares.

Ao longo do período de ocupação e colonização, os produtores se adaptaram à região e desenvolveram técnicas de produção e manejo das propriedades voltadas para a produção de carnes e de queijo serrano (AMBROSINI, 2007; KRONE, 2009; CRUZ, 2012). Esses modos de produção desenvolvidos pelos produtores dos Campos de Cima da Serra têm garantido a manutenção social e econômica das famílias rurais e, em certa medida, o abastecimento dos centros urbanos da região, com destaque para o município de Caxias do Sul, um dos principais centros consumidores de queijo serrano.

Em relação ao contingente populacional, dentre os municípios desse território, o município de Caxias do Sul, com 435.564 habitantes, é o que apresenta maior população (IBGE, 2010). O segundo município do território, com 61.342 habitantes, é Vacaria. Os demais apresentam características eminentemente rurais, sendo que sua população varia entre cerca de 40.000 (Canela) e 3.100 (Monte Alegre dos Campos) habitantes (figura 2). Assim, os dados populacionais demonstram que Caxias do Sul e Vacaria constituem-se nos centros urbanos consumidores para onde parte expressiva da produção agropecuária da região é escoada.

No que se refere à organização dos produtores e demais atores locais, pode-se dizer que ela está se iniciando na região, mas que, mais recentemente, tem havido processos organizativos que indicam mudanças. Ressalta-se a articulação da gestão das unidades de conservação, a articulação dos municípios em torno da Rota dos Campos de Cima da Serra, além das associações de produtores que estão crescendo e se ampliando no território. Vale mencionar, particularmente no âmbito da organização administrativa e institucional, a Associação das

Prefeituras dos Municípios da Região, a AMUCSER, e o Consórcio das Prefeituras da Região para o Desenvolvimento Sustentável (Condesus). A presença de IES¹⁰ é marcante na região.

O CODETER CCS iniciou as atividades a partir de 2013, entretanto passou a ter uma rotina de trabalho a partir de 2015, por meio do assessoramento do NEDET UFRGS em parceria com a UERGS. De acordo com Teixeira *et al.* (no prelo), em 2015 foram criadas seis câmaras temáticas – Pecuária Familiar, Agroflorestas, Cooperativismo e Mercados Institucionais, Atividades Rurais Não Agrícolas, Socioambiental – e dois comitês setoriais – Juventude e Mulheres.

Em função das suas características ecológicas, sociais, culturais e econômicas, o território foi dividido em 3 microrregiões (figura 2): Colonial, Transição e Campos. A microrregião Colonial inclui 4 municípios, Caxias do Sul, São Marcos, Antônio Prado e Ipê (ordenados pelo indicador de maior contingente populacional). Sua delimitação se justifica pela localização na encosta da Serra Geral, predominância da Floresta Estacional Decidual e colonização majoritariamente italiana. Essa microrregião é a mais populosa, com 627.501 habitantes, em função da presença do município de Caxias do Sul, que apresenta 435.564 habitantes e é um dos maiores polos industriais do estado. Também é a microrregião com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 0,759, mesmo sem a inclusão de Caxias do Sul, IDH 0,751.

A agricultura familiar caracteriza-se por pequenas unidades de produção, com atividades diversificadas, destacando-se a produção de uvas e pêssegos e, ainda, a produção integrada de aves e suínos. As agroindústrias e cooperativas são expressivas nessa microrregião. Além disso, a produção agroecológica também é bastante significativa, com algumas das associações mais antigas de agricultores ecológicos do estado do Rio Grande do Sul. Nessa microrregião, destacam-se o fortalecimento da assistência técnica e a certificação solidária, com destaque para o trabalho que vem sendo realizado pela Rede Ecovida.

A microrregião Transição inclui 4 municípios, Vacaria, Canela, Monte Alegre dos Campos e Campestre da Serra. O ecossistema predominante é o mosaico Campo-Floresta, com predominância dos Campos de Cima da Serra. Entre as características ambientais, destacam-se os solos derivados de basalto sequência básica, o que lhe confere boa fertilidade. A identidade está associada ao gaúcho e aos imigrantes italianos, por isso a denominação da microrregião de Transição.

¹⁰ Presença da UFRGS, com o Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (Plageder/UFRGS), no município de São Francisco de Paula, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidades São Francisco de Paula, Caxias do Sul e Vacaria, com destaque para o Instituto Federal Vacaria.

Nessa microrregião, a CT de Agroflorestas é bastante atuante, principalmente a partir do trabalho da ONG Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). As ações estão centradas no fortalecimento da cadeia solidária das frutas nativas, que busca a consolidação e expansão da produção e comercialização dessas frutas, incluindo o pinhão, através da organização dos agricultores familiares e da implantação de unidades de beneficiamento. Destaca-se o pinhão como um produto que envolve um número expressivo de famílias serranas, que buscam na atividade uma fonte de renda para subsistência (TEIXEIRA *et al.* [no prelo]).

A microrregião Campos é bastante semelhante. Ela compreende 5 municípios, São Francisco de Paula, Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São José dos Ausentes. Entretanto, seus solos são rasos e derivados de basalto sequência ácida, nos municípios que se localizam na borda do Planalto, principalmente em São Francisco de Paula e Cambará do Sul. Além disso, sua localização, na borda do Planalto, e as elevadas altitudes (chegando a cerca de 1.380 m, em São José dos Ausentes) são fatores que concorrem para a alta pluviosidade, as baixas temperaturas e a baixa fertilidade dos solos, conferindo-lhe um ecossistema submetido a condições ambientais mais drásticas, conseqüentemente menos produtivo do ponto de vista da agricultura. Nessa microrregião predomina a identidade do gaúcho. Essa região apresenta o menor IDH, 0,665.

De acordo com Teixeira *et al.* (no prelo), uma das Câmaras Temáticas de maior atuação no TRCCS, que conta com a participação de pesquisadores da UERGS e técnicos da Secretaria de Agricultura e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), é a da Pecuária Familiar, que vem atuando na regulamentação da definição do pecuarista familiar que, segundo a definição do estado do Rio Grande do Sul, inclui a posse de até 300 hectares. Essa Câmara vem atuando também na busca por alternativas viáveis para o manejo e a conservação dos campos nativos, incluindo estudo de viabilidade sobre a possibilidade de uso controlado do fogo, a unificação da regulamentação dos serviços de inspeção sanitária, com a finalidade de viabilizar a comercialização legal do queijo serrano, e o reconhecimento do produto como característico da região (MANIFESTO CT PECUÁRIA FAMILIAR). Nos anos de 2018 e 2019, a CT Agroflorestas passou a atuar em parceria com o projeto PANexus (CNPq/MCTIC), constituindo-se em um espaço de governança bastante ativo.

Em relação às dinâmicas em ambos os territórios, as microrregiões que apresentaram maior desenvolvimento humano, avaliado pelos indicadores renda, longevidade e educação, são a Colonial (0,759) e Beira-Mar Norte (0,738). Por outro lado, as microrregiões com menor desenvolvimento humano são Campos (0,665), onde o município de Jaquirana apresentou IDH 0,614, e Encosta (0,682), cujo município de Mampituba apresentou IDH 0,649. No território Campos de Cima da Serra encontram-se as maiores desigualdades, representadas pelas

microrregiões Colonial – com maior população total e IDH – e Campos – com menor IDH. Apesar disso, é na região Transição que o município de Monte Alegre dos Campos apresenta o segundo menor IDH do território, com valor de 0,65.

A figura 3 apresenta a evolução do IDH desagregado. Percebe-se que todas as dimensões, renda, educação e longevidade, desenvolveram-se em três décadas. Entretanto, observa-se que o aumento da expectativa de vida ao nascer (longevidade) foi o que mais contribuiu para o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) geral, chegando a um patamar de índice de desenvolvimento humano muito alto em todas as microrregiões. A Educação foi o índice que mais contribuiu para o IDHM ser mantido entre as faixas baixo e médio. Ela apresenta índice de desenvolvimento médio (de 0,6 a 0,699) nas microrregiões Colonial e Beira-Mar Norte. Na microrregião Campos, Encosta e Litoral Médio, a Educação é expressa por índices de baixo desenvolvimento humano, destacando-se os municípios de Jaquirana, Riozinho, Mostardas e Tavares, nas respectivas microrregiões, com muito baixo desenvolvimento (0,4-0,499) (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2015a).

Figura 3 – Evolução das dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Município	População Total	IDH 1991			IDH 2000			IDH 2010			IDHM
		Renda	Educação	Longevidade	Renda	Educação	Longevidade	Renda	Educação	Longevidade	
Microrregião Transição											
Vacaria	61342	0,633	0,329	0,734	0,701	0,478	0,786	0,74	0,605	0,838	0,721
Canela	39229	0,634	0,253	0,75	0,697	0,472	0,788	0,738	0,667	0,849	0,748
Campestre da Serra	3247	0,584	0,186	0,765	0,647	0,43	0,866	0,713	0,557	0,886	0,706
Monte Alegre dos Campos	3102	0,486	0,085	0,686	0,536	0,237	0,777	0,667	0,501	0,822	0,65
Microrregião Colonial											
Caxias do Sul	435564	0,728	0,381	0,756	0,771	0,556	0,817	0,812	0,686	0,86	0,782
São Marcos	20103	0,702	0,32	0,761	0,731	0,551	0,835	0,775	0,683	0,855	0,768
Antonio Prado	12833	0,7	0,317	0,721	0,744	0,558	0,768	0,777	0,671	0,835	0,758
Ipê	6016	0,669	0,256	0,744	0,654	0,454	0,782	0,751	0,618	0,831	0,728
Microrregião Campos											
São Francisco de Paula	20537	0,608	0,243	0,678	0,657	0,405	0,778	0,701	0,534	0,86	0,685
Bom Jesus	11519	0,574	0,194	0,664	0,632	0,335	0,748	0,697	0,51	0,832	0,666
Cambará do Sul	6542	0,586	0,26	0,706	0,633	0,36	0,788	0,705	0,574	0,838	0,697
Jaquirana	4177	0,513	0,144	0,65	0,584	0,257	0,693	0,626	0,475	0,779	0,614
São José dos Ausentes	3290	0,569	0,19	0,686	0,616	0,28	0,777	0,674	0,541	0,801	0,663
Microrregião Encosta											
Santo Antônio da Patrulha	39685	0,625	0,281	0,748	0,642	0,474	0,784	0,718	0,594	0,866	0,717
Três Cachoeiras	10217	0,685	0,258	0,744	0,67	0,489	0,793	0,722	0,606	0,847	0,718
Terra de Areia	9878	0,606	0,265	0,72	0,662	0,444	0,776	0,699	0,565	0,829	0,689
Caraá	7312	0,523	0,135	0,72	0,578	0,292	0,776	0,661	0,505	0,83	0,652
Maquiné	6905	0,572	0,238	0,717	0,647	0,373	0,804	0,695	0,519	0,88	0,682
Riozinho	4330	0,557	0,175	0,76	0,63	0,341	0,853	0,69	0,472	0,885	0,661
Morrinhos do Sul	3182	0,548	0,168	0,678	0,588	0,475	0,747	0,72	0,593	0,842	0,711
Mampituba	3003	0,55	0,138	0,678	0,583	0,312	0,764	0,65	0,517	0,813	0,649
Três Forquilhas	2914	0,514	0,147	0,715	0,599	0,35	0,757	0,661	0,539	0,813	0,662
Itati	2584	0,553	0,158	0,715	0,633	0,354	0,757	0,692	0,524	0,827	0,669
Dom Pedro de Alcântara	2550	0,515	0,167	0,715	0,603	0,409	0,757	0,697	0,577	0,82	0,691
Microrregião Beira-mar-norte											
Capão da Canoa	42040	0,638	0,307	0,744	0,698	0,454	0,822	0,756	0,637	0,852	0,743
Tramandaí	41585	0,622	0,288	0,714	0,708	0,45	0,797	0,727	0,606	0,842	0,719
Osório	40906	0,672	0,341	0,788	0,709	0,513	0,831	0,769	0,646	0,853	0,751
Torres	34656	0,657	0,319	0,745	0,702	0,532	0,846	0,75	0,685	0,862	0,762
Imbé	17670	0,65	0,339	0,744	0,715	0,55	0,788	0,825	0,638	0,847	0,764
Cidreira	12668	0,621	0,231	0,706	0,691	0,481	0,79	0,73	0,625	0,848	0,729
Xangri-Lá	12434	0,658	0,252	0,761	0,678	0,477	0,819	0,74	0,63	0,852	0,735
Balneário Pinhal	10856	0,602	0,208	0,678	0,699	0,443	0,761	0,71	0,567	0,836	0,696
Arroio do Sal	7740	0,64	0,23	0,751	0,699	0,507	0,825	0,74	0,649	0,844	0,74
Microrregião Litoral Médio											
Mostardas	12124	0,634	0,177	0,754	0,63	0,372	0,793	0,701	0,493	0,849	0,664
Palmares do Sul	10969	0,649	0,253	0,754	0,651	0,437	0,793	0,725	0,592	0,852	0,715
Tavares	5351	0,608	0,171	0,744	0,648	0,315	0,784	0,692	0,492	0,828	0,656
Capivari do Sul	3890	0,651	0,268	0,763	0,745	0,474	0,807	0,805	0,668	0,836	0,766

	muito baixo desenvolvimento humano (0,000-0,499)
	baixo desenvolvimento humano (0,500-0,599)
	médio desenvolvimento humano (0,600-0,699)
	alto desenvolvimento humano (0,700-0,799)
	muito alto desenvolvimento humano (acima de 0,800)

Fonte: PNUD (2015) elaborado por Coelho-de-Souza *et al.*, 2015a.

4 Considerações finais: estruturas de governança da política territorial no Rio Grande do Sul

No estado do Rio Grande do Sul, dos 18 territórios rurais, 12 receberam assessoria dos NEDETs, envolvendo 7 IES, entre elas a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com 3 NEDETs – Territórios Centro Serra, Noroeste Colonial e Produção; UERGS com 5 – Territórios Vale do Taquari, Vale do Rio Pardo, Pampa, Nordeste e Campos de Cima da Serra; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Território Rural Pacto Novo Rio Grande; Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – Território da Cidadania Zona Sul; IFRS – MARGENS - Revista Interdisciplinar

Dossiê: Desenvolvimento Territorial no Brasil
VOL.13. N. 20. Jun 2019. (p. 40-58)

Território Litoral; Instituto Farroupilha (IFFar) – Território Fronteira Noroeste; e UFRGS compartilhando a coordenação dos Territórios Litoral e Campos de Cima da Serra.

Em função da tardia adesão dos territórios à política territorial no estado, pois em 2013 foram reconhecidos 61,1% do total dos territórios, a política passou a ser implementada de forma abrangente no último período desse ciclo. Esse fato fez com que o estado possuísse territórios com largas trajetórias na política territorial, por meio da assessoria de ONGs, como o Território da Cidadania Zona Sul e o Território Rural Missões, bem como territórios recentes, os quais foram implementados, desde o seu início, contando com a assessoria de IES.

A organização das estruturas da política no estado avançou bastante, chegando a iniciar a constituição do Comitê Articulador Estadual, cujos membros foram designados e deram início à construção do regimento, em 2016. Entretanto, o processo não foi adiante, em função da desarticulação da representação do poder público nas estruturas de governança compartilhada, a partir de 2016. Nesse mesmo ano, as IES dos NEDETs passaram a se constituir na rede de NEDETs do Rio Grande do Sul, a qual teve o papel de buscar uma interlocução com os governos federal e estadual para a continuidade da articulação em nível estadual.

Ao longo desse ciclo da política territorial, com assessoria dos NEDETs no Estado, a ênfase foi destinada ao monitoramento das políticas públicas como o PROINF; às redes de abastecimento pela agricultura familiar em transição agroecológica (Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – RedeCoop (SANTOS, 2017); aos processos de mobilização da juventude, em especial no Território Rural Vale do Rio Pardo; e à inclusão da sociodiversidade nos processos de gestão, em especial no TRL e Noroeste Colonial.

No período posterior a 2016, embora não tenham sido destinados recursos para a continuidade da política pública, a organização entre os atores e redes nos territórios tem permitido seu arranjo com base nos princípios da abordagem territorial. No nível estadual, destacam-se a experiência de articulação da política territorial ao Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO), as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas e os Planos de Ação para espécies ameaçadas de extinção (PAN) (STEENBOCK *et al.*, 2017). Essas articulações demonstram que a intersectorialidade multiescalar, que é uma premissa da política territorial, tem grande potencial de ser efetivada no nível territorial.

Por fim, reflete-se que a estrutura da política territorial, incluindo as IES públicas, envolve ferramentas essenciais para a gestão territorial, quais sejam os diagnósticos e ações de pesquisa e extensão. Além disso, ela inclui a participação de um novo ator social. A inserção de grupos de pesquisa-extensão com atuação no território, junto às instituições, agricultores familiares, pecuaristas familiares, povos e comunidades tradicionais, tem o potencial de

aproximá-los do CODETER, transformando-os de público beneficiário a parceiros da política territorial. Essa interação entre os atores e a integração do processo às iniciativas e redes já existentes se constituem na fortaleza do processo de desenvolvimento territorial, possibilitando a construção do empoderamento das categorias agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais e a autonomia do território frente às adversidades locais e dinâmicas da política nacional.

Portanto, o grande legado dessa política pública foi o fortalecimento da organização da sociedade civil e a construção da interlocução com o Estado, em processos de governança com o envolvimento dos beneficiários das políticas públicas. O registro desses processos, a partir da atuação das IES nessas dinâmicas, vem a contribuir com a visualização do apogeu desse ciclo da política, o qual servirá de alicerce para novos ciclos da política territorial brasileira.

Agradecimentos

À Secretaria de Desenvolvimento Territorial e ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, *in memoriam*; ao CNPq/MDA (Processo 464106/2014-1); SESAN/MDS; CNPq/MCTIC Projeto Panexus (CNPq 441526/2017-9).

Referências

AMBROSINI, L. B. **Sistema Agroalimentar do Queijo Serrano**: estratégia de produção social dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra – RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

COELHO-DE-SOUZA, G., TEIXEIRA, A. R., RAMOS, J., SCHREIBER, N., WIVES, D. G., CRUZ, F. T, MELLO, R. S. P., BEROLDT, L. Novos Territórios Rurais no Rio Grande do Sul: os Campos de Cima da Serra e Litoral e suas microrregiões. **Anais do V Seminário Observatórios, metodologias e impactos**: dados e participação. São Leopoldo: UNISINOS, 2015a. Disponível em: <<http://repositorio.unisinos.br/ihu/v-seminario-observatorios/11-beroldt-cruz-territorios-rurais.pdf>> Acesso em: 05 de jan. 2019.

COELHO-DE-SOUZA, G., SIQUEIRA, A., TEIXEIRA, A., SCHNEID, M., ZAMPIERI, F., ROCHA, B., BOZIKI, D., AGUIAR, M. D., BEROLDT, L. Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra e Litoral: intersectorialidade multiescalar como promoção da política de desenvolvimento territorial. **Anais Encontro dos Coordenadores**, 2015b.

COELHO-DE-SOUZA, G., ROCHA, B., SCHNEID, M., AGUIAR, M. TERRITOCHA, B., SCHNEID. Rio Grande do Sul: Fortalecimento da participação do sul. **Anais III Encontro dos Coordenadores de NEDETs**, Florianópolis, 2016.

COELHO-DE-SOUZA, G.; ROCHA, B.; SIQUEIRA, A. C.; WUNSH, L. Governança da política pública nos Territórios Rurais no Rio Grande do Sul: uma análise metodológica do fomento à implementação do SISAN municipal pelas Universidades. *In: Third International Conference on Agriculture and Food in an Urbanizing Society Healthy food, socio-biodiversity, and sustainable agrifood systems: innovations from consumption to production*, 2018, Porto Alegre. **Conference proceedings**. Porto Alegre: e-book, 2018. p. 1-10.

RAMOS, J. D.; COELHO-DE-SOUZA, G. Território Rural dos Campos de Cima da Serra: caracterização socioecológica, microrregiões e gestão territorial. 2015. XXIII. **Anais do Salão de Iniciação Científica da UFRGS**, 2015.

SCHREIBER, N., COELHO-DE-SOUZA, G. Estratégias dos recentes Territórios Rurais do Rio Grande do Sul frente ao novo cenário econômico e político: O caso dos Territórios Rurais Campos de Cima da Serra e Litoral. **XXX Anais do Salão de Iniciação Científica**, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/176760/Poster_54071.pdf?sequence=2> Acesso em: 5 jan. 2019.

STEENBOOK, W. ; BARRETO, C. T.; MELLO, R. S. P.; BASSI, J.; COELHO-DE-SOUZA, G.; SANTOS, R. A.; VIZUETE, E. P.; BAGGIO, M. R. Plano de Ação Nacional para a Conservação de Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul: O Início de um Caminho. *In: 17º Congresso Latino-Americano de Ciências do mar – COLACMAR*, 2017, Balneário Camboriú. **Anais do 17º congresso latino-americano de ciências do mar – COLACMAR**, 2017.

TEIXEIRA, A., BOZIKI, D., BEROLDT, L., COELHO-DE-SOUZA, G. Câmaras Temáticas e a dinamização do Território Rural Campos de Cima da Serra. **Anais III Encontro dos Coordenadores**, 2016, Florianópolis.